

O nascimento de um sistema prisional: o processo de reforma no estado do Espírito Santo

Eugênio Coutinho Ricas

Secretário de Controle e Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo. Delegado de Polícia Federal. Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas.

[✉ eugenio.ricas@secont.es.gov.br](mailto:eugenio.ricas@secont.es.gov.br)

INTRODUÇÃO

Superlotação, presos em delegacias, rebeliões violentas, homicídios com esquartejamentos, fugas, enfim, ausência completa de uma estrutura mínima que permitisse a gestão da segurança e de uma política de ressocialização dos presos. Essa era a realidade do estado do Espírito Santo até os idos de 2006. A imprensa nacional, por diversas vezes, retratou o estado de calamidade reinante no sistema prisional capixaba até então. O caos chegou a ser motivo de um pedido de intervenção federal, feito pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2009), em razão de práticas de torturas, esquartejamento de presos, pessoas presas em contêineres, infestação de insetos, lixo e esgoto a céu aberto em unidades prisionais.

No início deste ano, porém, o Espírito Santo foi citado pela imprensa nacional como

modelo de recuperação do sistema prisional¹. Após o caos violento que se instalou em presídios do Norte e Nordeste do país, notadamente, em Roraima, Rio Grande do Norte e Amazonas, o Espírito Santo se destacou pela reconstrução de seu sistema, passando a ser citado como um caso de sucesso nacional.

Mas o que permitiu uma reviravolta tão drástica, num período relativamente curto, se considerarmos a realidade do passado e a atual?

Duas respostas iniciais, que se subdividem em outras tantas, podem explicar o fenômeno ocorrido no Espírito Santo. Vontade política é o primeiro passo para transformar uma realidade tão árida quanto à dos sistemas prisionais país afora. Ora, investir em cadeias não traz retorno político. Pelo contrário! A sociedade, em geral,

não admite qualquer tipo de investimentos em prisões. A cada centavo investido é gerado um coro que defende que aquele dinheiro deveria gerar escolas, hospitais, mas nunca cadeias. Tal realidade se torna pior em razão do fato de que para se transformar a realidade prisional de um estado são necessários grandes investimentos. As obras são caras e o custeio da máquina demanda vultosos recursos. Não costuma, portanto, entrar na agenda dos governantes a realização de investimentos em sistemas prisionais. Quando entra, os investimentos são parcos e insuficientes para promover uma reforma com a profundidade necessária.

No Espírito Santo esses dois fatores, vontade política e investimentos, estiveram presentes a partir de 2006. O Estado investiu 453 milhões de reais (recursos próprios) na construção de um sistema prisional mais moderno e que respeitasse os direitos humanos – considerando o câmbio da época, foram bem mais de 200 milhões de dólares. Não houve, na ocasião, apoio financeiro da União, tendo o estado se valido de um momento econômico favorável para realizar os investimentos. Esses recursos permitiram a construção de 26 novas unidades prisionais (atualmente, o Espírito Santo conta com 35 unidades espalhadas por seu território, onde abriga cerca de 20 mil presos), que foram a base, portanto, para uma mudança que iria permitir a implementação de políticas concretas de segurança e ressocialização. A bem da verdade, quanto aos investimentos, vale ressaltar que o governo federal contribuiu para a construção de uma unidade prisional (Penitenciária Regional de São Mateus). No entanto, o modelo de conveniamento com a União demanda tempo

e uma grande burocracia. Assim, em razão da emergência que o Espírito Santo se encontrava, optou-se por realizar contratações diretas, o que não comportava a realização de convênios entre os governos.

Além disso, a continuidade das políticas públicas voltadas à área prisional também teve fundamental importância. O Espírito Santo teve o mesmo governador (Paulo Hartung) por dois mandatos consecutivos, a partir de 2003 e, por seis anos, o mesmo secretário da Justiça, Angelo Roncalli, experiente e profundo conhecedor do tema, cujo papel foi fundamental na reforma do sistema prisional capixaba².

A inspiração para as construções veio, principalmente, dos Estados Unidos. Uma empresa do Paraná e outra do Rio Grande do Sul foram contratadas para replicar no Espírito Santo o modelo norte-americano de presídios. O tipo adotado foi o chamado *supermax*, que possui estruturas robustas e automatizadas. A contratação das obras foi feita com dispensa de licitação, o que permitiu agilidade muito maior aos certames, além, é claro, de a situação da época efetivamente exigir medidas drásticas, de forma que a dispensa foi um mecanismo jurídico adequado ao momento pelo que o Estado passava. Empresas que utilizam a técnica de construções monobloco foram contratadas e, numa média de 6 meses, as unidades começaram a ser entregues num sistema de *turnkey* (previsão contratual de entrega da obra em tempo recorde e já em totais condições de uso). Assim, a história do sistema prisional capixaba começou a ser reescrita. Em poucos anos o estado passou a contar com unidades extremamente modernas. Cada cela é construída em bloco

de concreto que pesa 25 toneladas; as unidades são monitoradas por câmeras; toda a parte externa conta com sensores eletrônicos; os muros internos possuem 6 metros de altura, com alambrados de arame e lâminas de aço. Essa estrutura toda ajuda muito na prevenção às fugas e às rebeliões. Importa destacar, no entanto, que do ponto de vista do tratamento penal deu-se grande atenção às políticas ressocializadoras. O objetivo do novo modelo não era isolar o preso, mas tão somente possibilitar maior segurança a todos os atores do sistema prisional. Isso viabilizou, inclusive, um tratamento penal mais humanizado.

Ao final de 2010 o Espírito Santo viveu um fenômeno nunca experimentado por nenhum outro estado brasileiro nos últimos anos: superávit de vagas no sistema prisional. Nessa época, então, os contêineres utilizados para abrigar presos foram desativados e as novas unidades receberam os presos que estavam em delegacias, em unidades mais antigas e impróprias e nos próprios contêineres. Eliminada, portanto, a superlotação, foi possível implementar políticas de segurança prisional e de ressocialização de presos (SEJUS, 2010)³. A realidade vivida por muitos estados, de presos em delegacias e unidades prisionais superlotadas, impede a adoção de políticas efetivas de segurança e ressocialização de forma radical.

Ultrapassado o primeiro grande desafio, que era direcionar recursos para criar estrutura física adequada para abrigar os presos capixabas, restavam ainda outros tão difíceis quanto o primeiro. Não adianta ter belas estruturas se não há a mão de obra adequada à sua utilização. Assim, em 2006 foi realizado um concurso

público para a contratação de 845 agentes penitenciários (sendo 345 agentes penitenciários e 500 agentes de escolta e vigilância)⁴. Em 2013 a carreira foi reorganizada e a nomenclatura do cargo passou a ser inspetor penitenciário, em razão de negociação do governo com a própria categoria⁵, ela mesma, importante destacar, quem escolheu a nova nomenclatura, que unificou os dois cargos então existentes (agente penitenciário e agente de escolta e vigilância, os quais, apesar da nomenclatura diferenciada, eram responsáveis pelas mesmas funções). Isso permitiu, por exemplo, que a Polícia Militar pudesse ter parte de seu efetivo de volta às ruas (até então os presídios eram controlados pela PM), assim como o sistema prisional contar com profissionais efetivamente treinados, para a lida com presos.

Esses novos profissionais tinham duas grandes missões. A primeira, manter com segurança os presos capixabas. Isso significava evitar fugas, rebeliões, homicídios, bem como manter o domínio do estado no interior das prisões. Para tanto, mais uma vez, nos deparamos com a necessidade imperiosa de contar com vontade política para realização dos investimentos. Desde a primeira década dos anos 2000 o Espírito Santo é o único responsável por todos os bens de consumo que entram nos presídios. Há muito foi abolida a figura do “malote”. Todo alimento, livros, remédios e gêneros de higiene pessoal utilizados e consumidos dentro dos presídios são custeados e entregues pelo estado. Isso faz com que a predominância de organizações criminosas nas cadeias diminua, além de demonstrar com sinais claros que a presença estatal é uma opção política e estratégica inafastável. Outra consequência dessa opção do Espírito Santo é a proibição do fumo no interior dos presídios.

Tudo isso faz com que o estado tenha um dos menores índices de criminosos filiados ao PCC, em que pese seja um dos que possui o maior número global e proporcional de internos⁶.

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA

Quando se trata de sistemas prisionais, pequenos sinais têm grandes consequências. A liberação dos “malotes” (alimentação e outros gêneros fornecidos pela família ou emissário do preso), por exemplo, auxilia a criação de uma profunda divisão no interior das cadeias. A partir da diferenciação da alimentação, das roupas e de outros objetos se estabelece uma verdadeira linha hierárquica nos presídios. Habitualmente, os presos de maior poder aquisitivo são, também, os mais perigosos e com maior poder dentro e fora das prisões. O gesto estatal de prover todas as necessidades de todos os presos diminui de forma sensível a supremacia de algumas lideranças, atrapalhando a proliferação das organizações criminosas. Isso ocorre porque diminuem as possibilidades de se ter o que comercializar no interior dos presídios. A renda dos criminosos diminui, a corrupção diminui e, por conseguinte, o poder das organizações diminui. No Espírito Santo, diferentemente do que ocorreu em outras unidades da federação, as organizações criminosas não conseguiram consolidar seu poderio frente ao estado. Isso se deve à reforma do sistema prisional e, também, ao fato de que antes de 2006 não existia no Espírito Santo quadrilhas realmente organizadas no interior dos presídios, tampouco fora deles.

Para manter esse modelo de gestão foi necessário, também, investir na área de inteligência. A criação da Diretoria de Inteligência Prisional (DIP) permitiu a realização diuturna do

mapeamento da situação no interior de cada uma das unidades prisionais do Estado. Com presença maior na Penitenciária de Segurança Máxima II de Viana (PSMA 2) – unidade de segurança máxima do Espírito Santo, onde estão recolhidos os presos com maior periculosidade e potencial lesivo –, a DIP controla não só as ocorrências dos presídios, como mantém análises constantes das ocorrências da Polícia Militar e Polícia Civil (como parte de nossa abordagem de segurança dinâmica). Por exemplo, quando uma pessoa é presa com grande quantidade de drogas ou armas, ou quando as características da prisão apontam para a possibilidade de o preso ter importância em alguma estrutura criminosa, uma unidade prisional específica já é selecionada para o recebimento do interno e as orientações de segurança são imediatamente repassadas aos seus gestores.

Esse trabalho permitiu, também, a criação de galerias diferenciadas em cada uma das prisões capixabas. Certamente, os presos mais perigosos do estado são enviados à PSMA 2, mas é importante ressaltar que em cada um dos presídios foram criadas as chamadas galerias diferenciadas, que funcionam como pequenas unidades de segurança máxima. Os presos que merecem maior atenção são direcionados a esses locais que, apesar de dispor da mesma estrutura física, recebem maior atenção por parte dos agentes penitenciários. Considerando a carência de mão de obra existente em boa parte do serviço público, essa foi uma forma racional de otimizar o efetivo, definindo-se os locais que merecem maior cuidado. Destaque para o fato de que a segurança humana é priorizada, em detrimento da utilização de recursos tecnológicos. Isso evita a dependência da tecnologia

e faz com que os inspetores permaneçam sempre mais vigilantes (DEPEN, 2016).

Merece destaque o funcionamento da PSMA2. Apesar de haver mais presos que a capacidade em quase todas as prisões do Estado, essa unidade, que tem capacidade para 333 presos, nunca ultrapassa a marca dos 180. Esse modelo de gestão permite que, de fato, somente permaneçam na PSMA2 os presos com potencial para comprometer a segurança do estado dentro e fora dos presídios. O baixo número de encarcerados permite que todas as celas sejam revistas todos os dias, mais de uma vez. Os inspetores que trabalham na unidade são doutrinados a obedecer, de forma rigorosa, todas as regras estabelecidas naquele presídio. Atualmente, todos os presos que em algum momento estiveram em presídios federais estão na PSMA2⁷. Ainda assim, nenhuma ocorrência que pudesse colocar em risco a integridade do sistema foi verificada. Hoje, a Secretaria da Justiça opta por manter os líderes de organizações na própria PSMA2, ao invés de encaminhá-los aos presídios federais. Isso ocorre em razão da confiança no funcionamento da unidade e, também, em razão de o convívio com presos de outros estados, principalmente com líderes de facções criminosas, poder criar uma rede de contatos que compromete a segurança, quando do seu retorno após a temporada na unidade federal.

A PSMA2 é, portanto, a única prisão brasileira que, além das características arquitetônicas, possui também funcionamento do tipo *supermax* (JESUS FILHO, 2013). A comunicação entre os presos é controlada, de forma que uma galeria (a unidade possui três

não se comunica com a outra. Com o exterior, apenas por meio da família (durante as visitas sociais e íntimas) ou de advogados é possível ao preso ter acesso ou passar informações. Apesar das características tecnológicas da PSMA2 (principais referenciais norte-americanos de segurança), no Espírito Santo optamos por utilizar a segurança dinâmica, realizada pelos inspetores penitenciários, que também são responsáveis pela coleta de informações e realização de análises de inteligência.

Atualmente, o estado já conta com razoável déficit de vagas (mais de 6 mil). A falta de investimentos a partir de 2011 e a política encarceradora brasileira fizeram com que o quadro de superávit de vagas se invertesse. Hoje, o Espírito Santo já conta com quase um preso e meio por vaga, sendo necessárias algumas medidas, como utilização de colchões nos chãos das celas para acomodação de todos os internos. Diante desse novo cenário, mais do que nunca, a boa gestão contribui para a estabilidade do sistema prisional capixaba. A fim de diminuir o déficit de vagas, sem que novas construções sejam realizadas (em razão da grave crise financeira que assola o país atualmente), algumas medidas têm sido adotadas. O Espírito Santo foi o segundo estado do país a adotar, em parceria com o Poder Judiciário, as audiências de custódia (2015). Foi, também, o primeiro do país a interiorizar esse modelo. Aproximadamente 46% dos presos são soltos nas audiências, o que, apesar de não ser o suficiente⁸, auxilia muito a diminuir a entrada de presos provisórios no sistema. Vale mencionar, aliás, que um pouco mais de 40% da população carcerária capixaba é justamente de presos provisórios. Ou seja, o estado possui mais pre-

sos provisórios do que déficit de vagas. A utilização de uma central de alvarás, que centraliza o recebimento de alvarás de soltura emitidos eletronicamente, também busca auxiliar a diminuição do déficit, uma vez que torna mais ágeis as liberações de presos⁸.

POLÍTICA DE REINserÇÃO SOCIAL

De um lado, é fundamental manter os presos em segurança. De outro, é fundamental criar oportunidade de ressocialização (o que também contribui para a segurança, uma vez que diminui a ociosidade e desestimula as tentativas de fugas, rebeliões etc.) para essa grande massa de pessoas que, na maior parte das vezes, não teve qualquer oportunidade quando em liberdade. Investimentos em assistência à saúde, oferta de estudo formal, de capacitação e de trabalho são os fundamentos adotados pelo Espírito Santo para transformar criminosos em cidadãos produtivos. Além disso, o estado sempre demonstrou grande preocupação com a política de direitos humanos. Ao final de 2010, foi o primeiro do país a abolir a chamada revista vexatória (inicialmente, em uma unidade feminina e, depois, em todo o sistema prisional estadual). Outro dado importante é o fato de assegurar local digno e adequado para a realização de visitas íntimas aos presos.

Uma parceria com a Secretaria de Educação permite que mais de 3 mil internos estejam formalmente matriculados no ensino fundamental e médio. Os professores da SEDU vão, diariamente, aos presídios capixabas para ministrar aulas aos presos. O histórico escolar do preso/estudante é cuidadosamente preparado para que mesmo em liberdade ou em qualquer outra unidade prisional possa continuar seus estudos.

Entre as mulheres presas, o Espírito Santo conseguiu zerar o índice de analfabetismo.

No campo da qualificação profissional, a Secretaria da Justiça firmou parcerias com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com o Sistema S (Sesc, Senai, Senat etc.) e com outras entidades que ministram os mais variados cursos de qualificação dentro das unidades prisionais do estado. O preso tem sido qualificado para que consiga uma vaga no mercado de trabalho formal, tão logo receba seu alvará de soltura. No ano de 2015 mais de 6 mil vagas em cursos profissionalizantes foram ofertadas, em diversas áreas (padeiro, eletricista, pedreiro, de beleza para mulheres, logística portuária, jardinagem etc.).

Outro pilar da ressocialização, o trabalho, também tem especial atenção da Secretaria da Justiça. Todos os anos são realizados *workshops* para sensibilizar o empresariado a absorver a mão de obra dos detentos que estão no regime semiaberto. Atualmente, cerca de 250 empresas empregam mais de 2 mil presos, pagando a cada um deles um salário mínimo. Para evitar a corrupção e organizar o sistema, foi desenvolvido o Programa Cartão do Preso Trabalhador. Cada detento tem seu cartão bancário e, portanto, dinheiro em espécie não circula entre os encarcerados. As empresas depositam um terço do salário na conta do preso, enquanto um terço vai para a família e o último, para uma conta pecúlio que é entregue ao detento no momento em que ele recebe o alvará de soltura.

O Espírito Santo também inovou no campo de assistência à saúde prisional. Atualmente, uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) presta a assistência básica à

saúde dos encarcerados em 22 das 35 unidades prisionais capixabas. Esse modelo, no entanto, apesar de muito superior ao existente na maioria dos estados (que acabam dependendo 100% da rede pública comum), está com os dias contados. Acaba de ser publicado edital de convocação para contratação de organizações sociais que vão atender 100% dos presídios do Espírito Santo. O edital, fruto do trabalho de técnicos da Sejus e de uma consultoria contratada especialmente para este fim, foi apresentado a cada um dos órgãos de controle capixaba. Além disso, foi submetido à audiência e à consulta públicas, de forma a dar total transparência ao processo e a utilizar eventuais sugestões que tinham potencial para, de alguma forma, melhorar o projeto.

Atualmente, a Secretaria da Justiça abriga 51 presos portadores de tuberculose e 105 de HIV. Todos estes, bem como outros portadores de doenças crônicas, são acompanhados pela Gerência de Saúde. Nos últimos seis anos, 123 presos morreram nos presídios capixabas, oito apenas destas mortes classificadas como violentas (a grande maioria, portanto, por causas naturais)¹⁰.

INDICADORES DE EFICIÊNCIA DAS UNIDADES PRISIONAIS

Todos esses avanços contribuem muito para o equilíbrio no interior das unidades prisionais. No entanto, ainda era necessário dotar a Secretaria da Justiça de instrumentos gerenciais que permitissem aferir a qualidade da gestão de cada uma das 35 unidades prisionais. Em julho de 2013 fui nomeado subsecretário da Sejus. De agosto a dezembro do mesmo ano ocorreram quatro rebeliões no estado, duas pequenas e duas relativamente grandes (PEVV1 e CASCUVV, ambas em Vila Velha, na Grande Vitória).

As duas unidades (uma de 600 vagas e outra de 250 vagas) ficaram completamente destruídas¹¹.

Ocorrências desse tipo, assim como a falta de padronização entre as gestões das unidades prisionais, pareciam demandar um sistema gerencial uniforme, que permitisse a avaliação individual da gestão de cada presídio. Partindo dessa premissa, foram estabelecidos, a partir de março de 2014 (em janeiro havia sido nomeado secretário da Justiça), indicadores de eficiência, metas e sistemática de avaliação dos presídios capixabas. O objetivo foi, portanto, definir os indicadores de eficiência que eram realmente importantes para avaliar a gestão das unidades prisionais. O passo seguinte foi estabelecer as metas viáveis e sistematizar a forma de controle de ambos (indicadores e suas respectivas metas). Com isso, buscou-se melhorar a qualidade dos serviços prestados aos presos e, por conseguinte, aumentar a segurança das unidades prisionais, beneficiando todos os atores envolvidos (presos, servidores, visitantes, técnicos etc.).

Conforme já especificado, o projeto pretendeu reduzir/zerar a ocorrência de rebeliões (preservando vidas e gerando uma economia incalculável aos cofres públicos), reduzir/zerar a ocorrência de fugas (contribuindo para a segurança pública e aumentando a credibilidade do sistema), oferecer serviços de melhor qualidade para os presos (contribuindo para a sua ressocialização) e, também, permitir um melhor diagnóstico de todas as unidades prisionais, corrigindo-se os desvios e adequando-se as gestões.

Os índices de cada unidade foram comunicados aos diretores. Importa destacar que, em razão das peculiaridades de cada unidade,

alguns índices são variáveis. Isso ocorre porque uma unidade do regime semiaberto, por exemplo, tem características diversas de um centro de detenção provisória ou de uma unidade do regime fechado.

Os números alcançados pelas unidades são encaminhados mensalmente à Diretoria de Inspeção e Controle Prisional (Cicup). Cabe ao órgão confrontar os dados enviados pelas unidades com as gerências respectivas, de modo a confirmá-los e dar à sistemática credibilidade. Assim, os números referentes à área de saúde são checados com a Gerência de Saúde, enquanto os de presos estudando e trabalhando e os de atendimentos sociais e psicológicos são checados, respectivamente, com a Gerência de Estudo e Trabalho e a Gerência de Inclusão Social e Cidadania.

Em reuniões mensais cada diretor apresenta os índices de suas unidades, justificando as metas porventura não alcançadas. Desse modo, caso uma unidade não alcance, por exemplo, a meta de ausência de fuga, o diretor e o restante da equipe (chefe de segurança) precisam justificar o ocorrido. Caso o número de atendimentos sociais não seja alcançado, o diretor e a assistente social precisam justificar o fracasso. Com tal medida todo o corpo de servidores das unidades se sente parte do problema e, também, parte da solução. A responsabilidade coletiva e o espírito de corpo passaram a reinar nas unidades prisionais.

Os resultados são animadores. Desde a implantação do projeto, até a presente data, nenhuma rebelião aconteceu no Espírito Santo. Após as quatro rebeliões ocorridas em 2013,

o Estado já está há 4,5 anos sem registrar nenhum evento dessa natureza. Considerando a complexidade do sistema prisional e o fato de que, atualmente, o Espírito Santo já conta com um déficit de mais de 6 mil vagas, é muito razoável atribuir-se esses resultados ao modelo de gestão implementado. O atual cenário se deve ao maior controle da segurança e, também, ao melhor serviço que está sendo ofertado aos encarcerados. Mais presos estão trabalhando, estudando, sendo qualificados e recebendo melhores serviços, o que gera uma tranquilidade maior para o sistema.

Além dos danos materiais causados por rebeliões, muitas vidas são colocadas em risco e, não poucas vezes, ceifadas durante estes eventos. Os resultados alcançados geraram uma economia incalculável ao erário e pouparam a integridade física de servidores, presos, visitantes e outra infinidade de pessoas que diariamente vão às unidades prisionais. Além disso, a Sejus está mudando a imagem que tem perante a sociedade e os órgãos de controle, firmando-se cada vez mais como referência nacional. Não menos importante é a valorização do servidor, que se sente mais responsável pela segurança das unidades e mais seguro em trabalhar nesses ambientes.

Um dos indicadores de eficiência, batizado “visita técnica”, consiste em levar, mensalmente, pessoas da sociedade civil (Maçonaria, Rotary, faculdades etc.) ao interior das unidades prisionais, a fim de apresentar o trabalho realizado, demonstrar a evolução do Espírito Santo nesta área e desmistificar a imagem de masmorras, torturas, ambientes superlotados etc. Esse indicativo é apresentado por meio de depoimentos e fotografias, publicados no site

da Sejus. Buscou-se, com isso, mostrar o bom trabalho que vem sendo feito e os avanços do sistema, bem como dar transparência à política de gestão do sistema prisional capixaba.

Como é possível verificar, a relação custo-benefício é gigantesca. Com um baixíssimo investimento foi possível alterar a realidade do sistema prisional, oferecendo um serviço de melhor qualidade e zerando a incidência de rebeliões. O projeto, como se pode perceber, é completamente autossustentável, uma vez que não depende de fatores externos, tampouco de grandes investimentos. Ademais, foi idealizado (para o futuro) também o estabelecimento de metas consistentes de controle de água e energia nas unidades prisionais, realizando-se estimativas razoáveis de consumo *per capita*.

A expressividade desses resultados foi reconhecida em premiação recebida pela Sejus, em 2015. A secretaria recebeu o Troféu Inoves, na categoria “Uso eficiente dos recursos públicos”, pelo programa de gestão batizado Indicadores de Eficiência das Unidades Prisionais¹². Percebe-se, portanto, que ao contrário do que se pensa, investir em um modelo prisional decente e humanizado gera um custo menor do que manter um sistema que, além de em nada contribuir para a segurança pública, é rotineiramente palco de rebeliões, danos, fugas e mortes. Além do custo financeiro, um sistema prisional precário gera, também, um alto custo político ao estado.

APOIO ADMINISTRATIVO

Aliadas a todas essas medidas, a Sejus também investiu bastante na melhoria de sua estrutura administrativa. Ao lado da existência de um atendimento digno à saúde, a alimentação é

outro fator preponderante para o equilíbrio nas unidades prisionais. O preso que tem acesso a tratamento de saúde e boa alimentação, em geral, tende a se comportar de forma adequada.

Com essa visão, uma robusta estrutura administrativa foi criada para contratação e fiscalização do fornecimento de comida aos presos. A Sejus criou mais de uma dezena de funções gratificadas para que os próprios inspetores penitenciários realizem as fiscalizações da qualidade do alimento servido aos presos. Essa mesma estrutura administrativa é responsável por contratar e fiscalizar outros serviços, como lavanderia (todos os presos capixabas utilizam uniformes), eventuais serviços de gestão e outros. O Espírito Santo era a unidade federativa com maior número de prisões terceirizadas. Atualmente, no entanto, todas as unidades prisionais são geridas diretamente pelo estado¹³. Em que pese ter funcionado satisfatoriamente, a terceirização de unidades prisionais demanda um grande orçamento para realização das licitações. Assim, ao final dos contratos, que eram de 48 meses, prorrogáveis uma vez em caráter extraordinário, não foi possível a manutenção da sistemática (em razão da grave crise fiscal que atingiu o estado).

Destaque para o fato de que em 2015 a Sejus conseguiu publicar uma minuta padrão para contratação de alimentação. O instrumento, até então inexistente, permitiu a padronização dos editais e contratos de alimentação. O tempo para contratação diminuiu radicalmente, uma vez que a minuta padrão dispensa a passagem pela Procuradoria do Estado e facilita o trabalho do órgão de controle interno. Referida minuta passou, antes de sua publicação, por

consulta pública, dando transparência ao ato e permitindo a participação social por meio de sugestões e críticas. A transparência e a melhoria dos processos de contratação e fiscalização refletem maior profissionalismo das empresas fornecedoras e, portanto, em alimentos de melhor qualidade servidos aos presos. Isso, por óbvio, garante mais satisfação aos clientes da Sejus (a população carcerária) e, por conseguinte, propicia ambientes mais pacificados no interior dos presídios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recentes crises verificadas nos sistemas prisionais de diversos estados brasileiros apontam para alguns problemas crônicos. Em primeiro lugar, fica patente a falta histórica de investimentos no setor. O que se percebe é que os sistemas prisionais não têm sido enxergados, pelos governantes, como integrantes do complexo sistema de segurança pública. Assim, os poucos recursos que são destinados à área não costumam ser divididos de forma igualitária entre quem “prende” e quem “cuida do preso”. Esse cenário provoca distorções que invariavelmente impedem a boa gestão e os resultados satisfatórios no campo da própria segurança pública. A defasagem salarial dos profissionais que atuam no sistema prisional, provocada pela grave crise fiscal que assola o país, também contribui para dificultar a sua boa gestão.

Em segundo lugar, percebe-se a falta completa de um modelo de gestão que permita, ainda que com recursos insuficientes, gerenciar minimamente o complexo ambiente carcerário. O modelo adotado pelo Espírito Santo pretende, justamente, amenizar esse cenário caótico. Fazendo uso da própria estrutura existente, foi possível estabelecer um sistema que permite avaliar individualmente a gestão de cada uma das 35 unidades prisionais do estado, tanto do ponto de vista da segurança como dos serviços prestados aos internos.

No campo da segurança pública e da gestão das unidades prisionais, percebe-se que, embora a estrutura física existente seja satisfatória, uma política de gestão institucionalizada que permita a aferição objetiva de dados de gerenciamento é imprescindível aos melhores resultados.

Finalmente, é importante destacar que a solução dos problemas carcerários brasileiros passa, necessariamente, por uma atuação em conjunto de todos os atores envolvidos. A União não pode se furtar ao seu papel, assim como o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública precisam estar ombreados com o Poder Executivo para solucionar os complexos problemas percebidos nesse campo. Somente com muita união de propósitos é possível avançar nesta que é, sem dúvidas, uma das mais complexas áreas da gestão pública.

1. REMÍGIO, M. *Espírito Santo vira modelo de recuperação do sistema prisional*. Globo.com, 16 jan. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/espírito-santo-vira-modelo-de-recuperacao-do-sistema-prisional-20776859>>.
2. Antes de ser Secretário do Sistema Penitenciário e Medidas Socioeducativas, Ângelo Roncalli de Ramos Barros era administrador de empresas. No governo do Distrito Federal atuou como diretor-executivo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), onde foi responsável pela implantação do projeto de educação para os presos do Complexo Penitenciário da Papuda, entre outras atividades. Foi diretor do Depen de maio/2001 a outubro/2003.
3. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Depois de acabar com contêineres, Espírito Santo acaba com prisão insalubre*. Brasília, 29 set. 2010. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/70231-depois-de-acabar-com-containers-espírito-santo-desativa-prisao-insalubre>>.
4. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA (Espírito Santo). *Concurso público para provimento de vagas nos cargos de Agente Penitenciário e de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciário*. Disponível em: <<http://www.cespe.unb.br/concursos/SEJUS2006/>>.
5. ESPÍRITO SANTO. *Lei complementar 742, de 23 de dezembro de 2006. Altera o artigo 13 e o Anexo I da Lei Complementar nº 533 2006*. Disponível em: <http://seger.es.gov.br/Media/seger/Adm%20Direta%20-%20Lei%20Carreiras/SEJUS_lc%20743%20-reorg%20carreira%20agentes%20penitenciaros%20e%20de%20escolta%20e%20vigilancia.pdf>.
6. LEVANTAMENTO APONTA QUE O ESPÍRITO SANTO TEM 168 CRIMINOSOS DO PCCC. *Gazetaonline*, 3 maio 2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/05/levantamento-aponta-que-o-espírito-santo-tem-168-criminosos-do-pcc-1014050787.html>>.
7. PRESOS PERIGOSOS QUE ESTAVAM EM PRESÍDIOS FEDERAIS RETORNAM AO ES. *G1*, 27 ago. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/08/presos-perigosos-que-estavam-em-presidios-federais-retornam-ao-es.html>>.
8. VALFRÉ, V. *A cada 100 presos em flagrante, 46 são soltos a após 24 horas no Estado*. *Gazetaonline*, 27 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2017/02/a-cada-100-presos-em-flagrante-46-sao-soltos-apos-24-horas-no-estado-1014028930.html>>.
9. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA. *Sejus passa a gerenciar sistema de alvarás de soltura no Estado*. Sejus, Vitória, 6 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/sejus-passa-a-gerenciar-sistema-de-alvaras-de-soltura-no-estado>>.
10. Fonte: Gerência de Saúde da Sejus/ES.
11. PRESOS FAZEM REBELIÃO E COLOCAM FOGO EM PRESÍDIO DE VILA VELHA. *Globo.com*, [s.d.]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/v/presos-fazem-rebeliao-e-colocam-fogo-em-presidio-de-vila-velha-es/2751952/>>.
12. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA. *Prêmio Inovês 2015: Sejus conquista mais um troféu*. Sejus, 8 mar. 2015. Disponível em: <<https://sejus.es.gov.br/Not%3%ADcia/premio-inoves-2015-sejus-conquista-mais-um-trofeu>>.
13. *Penitenciária Regional de São Mateus gerida pela empresa Reviver Administração Prisional Privada; Penitenciária de Segurança Média de Colatina, Penitenciária de Segurança Máxima 1 de Viana, Centro de Detenção Provisória da Serra e Centro de Detenção Provisória de Guarapari, geridas pela empresa Instituto Nacional de Administração Prisional Ltda (INAP) e Penitenciária Feminina e Penitenciária Regional de Cochoeiro de Itapemirim, geridas pela empresa Montesinos.*

O nascimento de um sistema prisional: o processo de reforma no estado do Espírito Santo

Eugênio Coutinho Ricas

Referências

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Relatório de visita ao Espírito Santo**. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2009. Disponível em: <<http://www.jus-tica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/relatorios-de-inspecao-1/relatorios-de-inspecao-2009/2009relatoriovisitaes.pdf>>.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN. **Modelo de gestão para a política prisional**. Brasília, 2016.

JESUS FILHO, José de. The rise of the supermax in Brazil. In: ROSS, Jeffrey Ian (Org.). **The globalization of supermax prisons**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA (Espírito Santo) – SEJUS. **Políticas públicas de justiça**. Vitória, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA (Espírito Santo) – SEJUS. **ES Justiça – Informativo da Secretaria de Estado da Justiça**, Vitória, Ano I, n. 1, 2012.

